

IMPASSE NO QUESTIONÁRIO DO JÚRI

Maurílio Moreira Leite*

Com o advento da Lei n. 11.689, de 9 de junho de 2008, o procedimento relativo ao Tribunal do Júri sofreu profundas alterações, mormente no que diz respeito ao questionário.

Agora, as teses defensivas não são mais desdobradas em quesitos, mas é formulado apenas um: “O jurado absolve o acusado?” (art. 483, § 2º). Antes serão questionadas a materialidade e a autoria ou participação (art. 483, I e II). Quesito referente à tese desclassificatória, se houver, deverá ser incluído após o segundo quesito (art. 483, § 4º). Depois da votação do terceiro quesito, se houver condenação (o que ocorrerá se a resposta, por maioria, for *não*) serão formulados os quesitos relativos às causas de diminuição de pena (se for o caso) e os relativos às qualificadoras ou causa especial de aumento, se reconhecidas na pronúncia.

Situação singular surge se, por comprovação pericial, o réu era, ao tempo da infração, inimputável, nos termos do artigo 26 do Código Penal:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Poderia ter sido absolvido na fase do artigo 415 do CPP, dès que aquela fosse a única tese defensiva, conforme expressamente é asseverado:

O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

[...]

* Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV do *caput* deste artigo ao caso de inimizabilidade prevista no *caput* do art. 26 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva.

Portanto, não sendo a única tese defensiva, é vedada a absolvição, salvo, evidentemente, se alguma que exclua o crime ficar devidamente comprovada.

Assim, na dúvida acerca da existência de excludente e mesmo ante a comprovação inequívoca da inimizabilidade, o réu deverá ser pronunciado para que o júri decida. A razão é simples: absolvido por ser inimputável, o réu estará sujeito a medida de segurança, consoante previsto no artigo 97 do Código Penal. E a inimizabilidade, por si só, não exclui possa o agente ter cometido o fato, tido por delituoso, sob a guarida de uma excludente. Existindo dúvida a respeito, a decisão caberá aos jurados, repita-se.

Logo, num julgamento com resposta afirmativa aos dois primeiros quesitos (materialidade e autoria ou participação), não tendo havido desclassificação, o júri reconhece que o acusado deve ser absolvido. Não se sabendo qual a tese acolhida e estando demonstrada a inimizabilidade, o juiz deverá impor medida de segurança, consoante mencionado no artigo 492, II, do CPP – “*no caso de absolvição: [...] c) imporá, se for o caso, a medida de segurança cabível*”.

O impasse é evidente: o júri absolveu o réu porque este era inimputável ou entendeu ocorrente alguma excludente alegada nos debates? Uma solução deve ser encontrada para que injustiça não seja concretizada, ou seja, imposição de medida de segurança a quem teria sido absolvido pelo mérito, ou absolvição integral a quem mereceria medida de segurança.

Ora, a própria legislação, no seu artigo 415, parágrafo único, determina a pronúncia se a inimputabilidade, devidamente comprovada, não for a única tese apresentada pela defesa.

Mutadis mutandis, se a inimputabilidade foi a única tese defendida em plenário, a absolvição, por presunção, será dela decorrente. Logo, é viável a aplicação de medida de segurança. Ao contrário, se, além da tese referida, outras tiverem sido defendidas que poderiam excluir a existência de crime, indispensável será formular quesito específico, após o terceiro (“O jurado absolve o acusado?”), para saber se a absolvição foi decorrente da inimputabilidade. Positiva a resposta, a medida de segurança deverá ser aplicada. Caso contrário, a absolvição será plena, sem imposição de nenhuma medida. Todavia, o quesito a ser respondido após o terceiro deve ser elaborado sobre questão de fato (art. 482), a partir da conclusão do laudo pericial, considerando-se a causa determinante da inimputabilidade. Por exemplo: a absolvição foi decorrente de o réu, por doença mental, ser, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato?